

BNC - SEMANA PEDAGÓGICA DO CEP
Análises: pontos e contrapontos na análise dos professores



Outubro - 2015

Estrutura da BNC



- ▣ 60% dos conteúdos definidos ano a ano pela BNC
- ▣ 40% regionalidades
- ▣ Organizadas a partir das DCNEB
- ▣ Partem dos objetivos de ensino - expectativas de aprendizagem (não dos conteúdos)
- ▣ Organizadas a partir de 4 áreas: Linguagens, matemática, Ciências da natureza, Ciências humanas
- ▣ Linguagens como temas transversais.
- ▣ Não há ainda clareza quanto ao método - via Portal da BNC

- Necessidade da construção de um rol de conteúdos sem correr o risco de homogeneizar e engessar o currículo - possível desrespeito com as características regionais das diferentes realidades do país.
- não há clareza qual a intencionalidade do documento
- Já existem as DCNEB não fica claro a necessidade de outro documento.
- Qual espaço de autonomia dos estabelecimentos de ensino?
- Qual papel das DCES que foram democraticamente construídos?

- Quais os referenciais epistemológicos que fundamentam a Base, quem está sendo ouvido na construção deste documento (autores que fundamentam)
- A BNC deve priorizar leitura, escrita e oralidade, bem como levar em conta a definição dos conteúdos das DCEs
- Deve expressar elementos mínimos como reescrita, intertextualidade, leitura e suas conexões, transdisciplinaridade, reorganização do tempo e espaço na escola e pesquisa.

- Deve-se fazer cumprir o Projeto Político Pedagógico, discutindo-o no campo das ideias.
- Deve-se focar no objeto de estudo da disciplina e o conteúdo estruturante da disciplina.
- Já temos o Currículo Básico - DCEs - questiona-se a legitimidade dos especialistas convidados para debater a BNC. Não há confiança no método de construção.
- Necessidade de ampliar o trabalho interdisciplinar
- Uma nova proposta curricular fluirá mediante: clareza dos objetivos da proposta, verdadeiras intenções, melhoria da estrutura das escolas básicas,

Possibilidade de maior discussão entre os profissionais.

- Conscientização dos profissionais sobre a importância dos documentos já existentes como o PPP, Regimento Escolar, Estatuto do conselho para que estes documentos se materializem na prática.
- Defesa do método de construção e do conteúdos das DCEs.
- Necessidade de reformular os conteúdos de ensino, inclusive deixando claro a especificidade do conteúdo da disciplina e sua natureza epistemológica diante das outras disciplinas.
- Embasar teoricamente a importância da Educação Física e que esta disciplina por exemplo tem sua especificidade que não pode ficar pulverizada numa BNC

- Inviável a construção de um currículo mínimo comum sem levar em conta as especificidades regionais.
- Os conteúdos básicos construídos historicamente estão previstos na DCEs.
- Risco do engessamento do currículo.
- Desconfiança de que o método de construção (consulta pública) sirva apenas para legitimar o que já está pronto.
- Lógica mercadológica que abre espaços para privatização da educação: consultorias de empresas privadas, produção de materiais didáticos.
- Controle através de avaliações padronizadas administradas pelo privado, expressas em competências, habilidades, teorias de respostas de itens e descritores.

O que indica o PPP do CEP frente ao papel da Educação inclusiva?

- Segundo as representações dos professores do CEP e no âmbito das formações continuadas, há de se considerar que, no seio de uma sociedade contraditória, desigual, excludente, não cabe à escola o enfrentamento de todas as formas de preconceito, mas é preciso, a partir do conhecimento que se produz nela, um olhar nas contradições. De um lado, ela tem o compromisso com o conhecimento a ser ensinado, de outro, não pode fechar os olhos para as formas de reprodução de estereótipos e padrões hegemônicos dentro dela diariamente. Nesta perspectiva, à escola cabe o enfrentamento das visões preconceituosas e hegemônicas.

□ O preconceito expressa uma dimensão perniciosamente ideológica de uma sociedade hegemônica marcada pelo bem e pelo mal, pelo certo e pelo errado, pelo direito e pelo esquerdo, pelo branco e pelo negro, pelo rico e pelo pobre, uma sociedade marcadamente desigual que dualiza e dicotomiza todas as tendências sociais que reproduzem o caos e, por sua vez, promovem a inconsciência sobre si e sobre a sociedade.

□ Concebe-se que é um direito do aluno receber o conhecimento necessário para compreender seu contexto, a realidade que o cerca, as contradições que perpassam nela e as possibilidades de interferir nesta realidade. Fica claro, que na concepção de professores, profissionais da educação e do colégio como um todo, que cabe à escola a sistematização do conhecimento elaborado. É através do conhecimento que se desenvolve a consciência crítica. Portanto, a formação da criticidade, invariavelmente, cabe à escola.

□ Decorre das discussões acerca de uma educação inclusiva, ou seja, propriamente de uma sociedade inclusiva, o compromisso com o conhecimento universal de modo a enfrentar situações de ignorância, ou seja, de preconceito. A este respeito há uma compreensão comum dos profissionais da educação: a necessidade de se efetivar uma prática educativa com isenção e profissionalismo, o qual consolida-se no respeito e tratamento igualitário, sem distinção de etnia, credo, formação profissional, condição de gênero, etária e raça.

▮ Este projeto pretende trazer para as discussões pedagógicas temas que durante 2012 - 2014 já estavam no seio da prática pedagógica, mas que em 2014 ganhou mais espaço com o processo de rediscussão do Projeto Político-pedagógico, tais quais a discussão da diversidade de gênero, etária, cultural, étnica e a perspectiva inclusiva de todos os alunos e profissionais da educação, enfrentando o preconceito através do conhecimento. Isto significa trazer para o debate pedagógico estas questões de forma multidisciplinar.